



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 193 - Agosto 2013

NOSSA OPINIÃO

- [O Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores](#)

RUMO AO 21 DE SETEMBRO, DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA OS MONOCULTIVOS INDUSTRIAIS DE ÁRVORES: SEMENTES DA RESISTÊNCIA

- [Indonésia: monoculturas de madeira destruindo terras e meios de subsistência indígenas](#)
Aqui na Indonésia, desde que entra na escola, a criança conhece “Merauke” por meio de uma canção patriótica chamada “Dari Sabang Sampai Merauke” (literalmente, de Sabang a Merauke – da parte mais a oeste à parte mais a leste do país). A música fala sobre a unidade e a glória da Indonésia em todas as suas grandes e pequenas ilhas, que vão desde Sabang, no oeste, até Merauke, no leste.
- [Filipinas: organizações indígenas desafiam as empresas de dendê em Palawan](#)
Poucos lugares no Sudeste Asiático podem superar Palawan, nas Filipinas. A UNESCO declarou toda a província uma “Reserva do Homem e da Biosfera” em 1990. Hoje, além do impacto negativo da mineração de níquel, os povos indígenas e agricultores de terras baixas estão diante das ameaças representadas pelos projetos de dendê.
- [Camboja: A maldição das concessões](#)
Desde 2000, os residentes de mais de 111 aldeias vêm lutando contra a enorme concessão de terras que abrange 315.028 hectares nas províncias de Pursat e Kampong Chhnang, no Camboja. O contrato de concessão permite à Pheapimex – uma poderosa empresa cambojana – tomar terras agrícolas, florestais e comunais para plantar acácia e mandioca em plantações de monocultura.
- [Nigéria: A Wilmar, o RRDC e as plantações de dendê de Calaro-Ibiae](#)
Ao longo dos últimos nove meses, um confronto de altos interesses tem ocorrido no estado nigeriano de Cross River, onde estão as últimas florestas tropicais primitivas remanescentes no país. A controvérsia girava em torno das atividades da Wilmar International, multinacional de Cingapura que se apresenta como “a maior processadora e comercializadora mundial de óleos de dendê e láurico”.
- [Libéria: a expansão das plantações e a pilhagem de um continente](#)
O governo concedeu mais de 50% das terras do país para a plantação de seringueiras e dendezeiros, exploração de madeira e atividades de mineração. A retórica da adoção de uma abordagem favorável aos pobres para estimular o crescimento do setor agrícola parece zombar dos agricultores pobres que estão perdendo suas terras, as quais serão entregues a investidores estrangeiros.
- [São Tomé e Príncipe: vontade popular freia a expansão das plantações industriais de dendê](#)

A população de São Tomé se opôs a um acordo com a Agripalma pela concessão de terras e impediu que o estabelecimento de plantações industriais de dendê em sua ilha destruísse mais de 1.000 hectares de florestas.

- África do Sul: Expansão da indústria de celulose – concentração de terras disfarçada de desenvolvimento da comunidade
Durante a era do Apartheid, muitos sul-africanos foram privados de suas terras tradicionais por meio de leis que levaram ao seu desalojamento – com frequência, por meio de remoções forçadas – para pequenas áreas remotas com baixo potencial agrícola. Ao mesmo tempo, o governo sul-africano do momento se ocupava de converter terras tiradas de comunidades rurais para estabelecer amplas plantações de monoculturas de árvores exóticas, com a intenção de sustentar uma indústria de papel e celulose que poderia ajudar a reduzir a dependência em relação a produtos importados, bem como reduzir a vulnerabilidade a sanções comerciais.
- Brasil: a monocultura do eucalipto no Sudoeste Baiano - conflitos e enfrentamentos
O interesse pelo agronegócio florestal, na região do Sudoeste da Bahia, remonta ao período da crise da monocultura do café, que se inicia no final dos anos 1980 e se aprofunda nos anos 1990 com a queda do preço da saca e o encolhimento da área plantada em todo o Planalto da Conquista.
- A RSPO contestada em Honduras e na Alemanha
De 6 a 8 de agosto, ativistas ambientais e sociais condenaram a Quarta Mesa Redonda sobre Dendê Sustentável que ocorreu em Honduras, organizada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e pela Federação dos Produtores Industriais de Óleo de Dendê. Na Alemanha, ativistas de organizações ambientais e de direitos humanos protestaram contra a lavagem verde feita pela RSPO nas grandes plantações de dendezeiros, em duas reuniões de alto nível sobre o dendê, em 2 e 3 de setembro, em Berlim.
- Brasil: Os incentivos do governo estadual à expansão da monocultura de árvores no estado do Rio de Janeiro
O governo estadual do Rio de Janeiro vem adotando, desde 2001, diversas iniciativas para estimular a expansão dos monocultivos de árvores em larga escala no território do estado. Ao que parece, sua intenção é repetir no Rio de Janeiro a realidade dos desertos verdes que assola o norte dos estados do Espírito Santo, o extremo sul da Bahia, o norte de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, o sul do Rio Grande do Sul, e mais recentemente diversas áreas dos estados do Maranhão, Piauí e Mato Grosso do Sul.
- Guatemala: o avanço silencioso dos monocultivos de seringueira
O cultivo da seringueira foi introduzido na Guatemala em 1940, por iniciativa do departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América do Norte. Quinze anos mais tarde, um primeiro censo no país informou a existência de cerca de 10.000 hectares dessas plantações. Em 2003, o cultivo cresceu para 52.000 hectares; em 2012, havia mais de 100.000 hectares plantados com seringueiras, principalmente na Costa Sul da Guatemala.

RECOMENDADOS

- “Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará”
- "Agribusiness large-scale land acquisitions and human rights in Southeast Asia - Updates from Indonesia, Thailand, Philippines, Malaysia, Cambodia, Timor-Leste and Burma"

- “Who is benefitting ? The Social and economic impact of three large scale land investments in Sierra Leone: a cost benefit analysis”

NOSSA OPINIÃO

- O Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores

Qual é o sentido de mais um Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, que será celebrado no próximo dia 21 de setembro? Alguém pode questionar o por que desse Dia, se no mundo essas monoculturas não parem de crescer. Será que existe alguma forma de parar a expansão dos monocultivos do dendê, de pinus, pinheiro, acácia, seringueiro e eucalipto?

É verdade que não existem fórmulas mágicas para parar o avanço dessas monoculturas. Onde comunidades conseguiram parar o avanço ou até mesmo retomar territórios, uma mistura de ferramentas foi aplicada, dependendo de cada situação, de cada contexto. Mesmo assim, em todas as histórias que levaram a pequenas e grandes vitórias, muitas vezes aparecem algumas ações, algumas atividades chaves, como a mobilização, a união e organização que no seu conjunto contribuam para um fortalecimento real da pressão popular sobre os governos e as empresas em cenários geralmente muito desiguais. Se existe mesmo uma “fórmula mágica”, certamente são “ingredientes” fundamentais.

É nesse sentido que um Dia de Luta é mais um desses “ingredientes” muito importantes; busca fortalecer as lutas populares, seu poder de pressão. É uma proposta legítima, já que, nasceu num encontro de cerca de 200 pessoas de comunidades em luta contra a monocultura de eucalipto no Brasil em 2004. A proposta se transformou num Dia Internacional com a grande contribuição do nosso companheiro e amigo Ricardo Carrere, que apesar de não mais estar conosco, continua nos inspirando com o entusiasmo, o paixão com o qual ele sempre buscou incentivar essa lutas contra as monoculturas de árvores.

Ao propor o Dia de Luta, as pessoas reunidas buscaram formas para fortalecer suas lutas de resistência, para dar maior visibilidade a elas, além de ter um dia para celebrar as reconquistas de territórios que precisam ser lembradas sempre porque resultaram de lutas realizadas com muito sacrifício.

Comunidades que lutam por seus territórios e contra o deserto verde, junto com alguns poucos aliados, estão, muitas vezes, praticamente sozinhas nessas lutas, sendo perseguidos, criminalizados por um conjunto formado pelas policias, empresas, governos, meios de comunicação, e outros atores mais. Elas são sempre acusadas de se oporem ao desenvolvimento e ao “progresso”; um “progresso” que traz consigo mais exclusão, mais violência e mais injustiças.

Portanto, é um merecido Dia para chamar atenção por essas lutas e as pessoas envolvidas; mostrar que na realidade se trata de uma luta só de comunidades e seus aliados em diferentes países e continentes; uma luta por território, por dignidade, por direitos. Além disso, o 21 de setembro pretende sobretudo incentivar a solidariedade entre essas lutas. Um exemplo são este mês as ações que o WRM estará realizando em apoio a lutas concretas de diferentes continentes e países, através de cartas e outras manifestações de apoio.

Essas lutas têm um valor enorme, quando busquem defender territórios, a soberania alimentar, a conservação da floresta, a medicina natural, os valores, costumes e economias tradicionais de uma comunidade, com toda sua riqueza. São a partir dessas lutas que acreditamos que um outro mundo é

possível ser construído, desde que elas tenham mais visibilidade e consigam se articular e fortalecer cada vez mais em conjunto.

Enquanto comunidade, conhecer melhor a luta de outras comunidades pode ajudar a aprender melhor a própria realidade, a refletir sobre as ferramentas que podem ser usadas para enfrentar e combater as ameaças como as monoculturas; e sobretudo, pode servir de inspiração e referência, dar um novo animo. É de suma importância disseminar informações e experiências também para aquelas que estão começando a enfrentar empresas que pretendem se instalar nos seus territórios. É nesse espírito que elaboramos também mais este boletim dedicado ao Dia 21 de setembro.

Esperamos fazer da articulação em torno deste Dia sempre um processo de articulação mais permanente e mais ampla, e que saber que existem as mesmas lutas em muitos lugares seja uma motivação a mais para comunidades a buscarem intercambiar mais suas experiências com outras e assim fortalecer o apoio e solidariedade mutuo.

Início

RUMO AO 21 DE SETEMBRO, DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA OS MONOCULTIVOS INDUSTRIAIS DE ÁRVORES: SEMENTES DA RESISTÊNCIA

- Indonésia: monoculturas de madeira destruindo terras e meios de subsistência indígenas



Aqui na Indonésia, desde que entra na escola, a criança conhece “Merauke” por meio de uma canção patriótica chamada “Dari Sabang Sampai Merauke” (literalmente, de Sabang a Merauke – da parte mais a oeste à parte mais a leste do país). A música fala sobre a unidade e a glória da Indonésia em todas as suas grandes e pequenas ilhas, que vão desde Sabang, no oeste, até Merauke, no leste.

Infelizmente, a Merauke de hoje em dia não é como costumava ser e não representa mais a unidade e a glória, e sim a privação de direitos de posse dos povos nativos, o medo em meio a projetos de energia gigantes e ameaça de pobreza, misturados com a euforia das grandes empresas de culturas alimentares. Merauke vem mudando de cara. Oficialmente, desde o início de 2010, foi escolhida pelo governo federal para ser “o celeiro de alimentos e energia”, com vistas a combater as crises de insegurança alimentar e energia do mundo.

O projeto gigante para concretizar esse “celeiro de alimentos e energia” de Merauke se chama MIFEE (Merauke Integrated Food and Energy Estate), um megaprojeto que integra a produção de culturas alimentares e energia. Cerca de 80 empresas, subsidiárias de grandes corporações, receberam permissão para participar do projeto. Pelo menos 2,5 milhões de hectares de terra foram alocados, dos quais cerca de 1,2 milhão está localizado em zonas florestais. A área designada se estende por três distritos (kabupaten) – Merauke, Mappi e Boven Digul, 16 subdistritos e 130 aldeias.

A produção será balizada por mercados internacionais para atender à demanda global da fome de alimentos e energia. Várias mercadorias cuja base de produção é a terra têm sido preparadas e processadas pelas empresas envolvidas, como óleo de dendê, cana de açúcar, arroz e eucalipto.

Além da ambição, a localização de um projeto tão grande, baseado na terra e que envolve tanta tecnologia de ponta, no meio dos povos de Merauke, que são muito dependentes dos “recursos naturais”, trouxe vários problemas agudos e multidimensionais. Esses povos estão enfrentando desafios que chegam rapidamente e vão além do que o seu conhecimento local pode resolver.

O povo indígena marind é nativo de Merauke e suas aldeias são as mais numerosas e mais amplamente distribuídas. A tribo é composta por seis subgrupos: kaize, gebze, balaigeze, mahuze, ndiken e basik-basik. Eles desenvolveram um manejo interligado e harmonioso da terra que compartilham. Seu espaço de vida é dividido em “lugares sagrados”, “fontes de água”, “piscinas de sago” [sago é um tipo de larva usada como alimento] “paradouros dos ancestrais”, “jornadas dos ancestrais” e “conservação de costumes”. A tribo também tem nomes típicos para suas florestas: “deg”, para as florestas naturais antigas que contêm árvores de grande porte e “mamoi” para as florestas naturais jovens, onde há árvores de médio porte.

“Nós nunca tínhamos tido qualquer dificuldade de encontrar carne, pois Merauke era onde habitavam os cervos e os cangurus. Também era fácil coletar sago, pois as árvores de sago cresciam naturalmente nas piscinas de sago. Os peixes se reproduziam nos brejos. Mas hoje, os nossos locais de caça foram transformados em fazendas de madeira, nossas florestas de sago foram cortadas e os nossos peixes do brejo desapareceram”, disse J. (inicial de uma pessoa que é organizadora de comunidades locais). “Isso começou a acontecer depois que as empresas entraram nas aldeias e o projeto MIFEE começou”, acrescentou.

Uma história triste vem da aldeia de Zanegy, onde a empresa de monocultura de madeira PT Selaras Inti Semesta (PT SIS) está operando. A PT SIS é uma subsidiária do Grupo Medco, uma gigante da produção de energia. Para a empresa, que derrubou árvores em milhares de hectares de terras dos indígenas marinds, essas árvores só significam “biomassa lenhosa”, e ela enviou a madeira a sua fábrica de granulados, a PT MedcoPapua Industri Lestari (PT MIL). Os granulados de madeira são usados como uma suposta fonte de “energia renovável”. As grandes empresas internacionais LG e Y Han International estão entre os investidores no setor, promovendo a “energia alternativa que não causa danos ao meio ambiente”.

A aldeia de Zanegy está localizada abaixo da propriedade monocultora da PT SIS. O rio Sakau desce a colina e passa pela aldeia, e é usado pelos povos marind de Zanegy para fins domésticos (tomar banho, beber, etc). “A água tem um gosto diferente agora”, disse um ancião de Zanegy. Na aldeia, crianças já morreram de desnutrição. Mesmo hoje em dia, a aldeia tem muitas crianças com a cabeça desproporcionalmente grande, olhos secos, o corpo desproporcional fino, estômago dilatado e pernas frouxas. As doenças de pele também são comuns na comunidade.

“A empresa só deu uma indenização pelas larvas sago que perderam o lugar; eles nos enganaram”, disse A.

G. (iniciais). “A vida tem ficado cada vez mais difícil porque as piscinas de sago vêm perdendo qualidade; os cervos estão desaparecendo quando seus habitats são transformados em plantações de madeira”.

Os povos de Merauke pagam o preço de se deparar com um modelo mundial injusto de produção e consumo que exige mais culturas alimentares e fontes de energia “renovável” à custa da soberania alimentar de regiões inteiras, com o objetivo de manter os lucros das grandes empresas. Justificado por supostas necessidades globais, o megaprojeto vai levar à destruição da vida dos povos marinds locais.

As contradições do projeto de culturas alimentares também podem ser vistas nos distritos de Semangga e Kurik. O grupo PT Texmaco está se preparando para estabelecer plantações de eucalipto. A concessão se estende por dois distritos e sete aldeias. É irônico que esse projeto ameace os campos de arroz locais – mais um projeto para atender a chamada “demanda global de alimentos” que vai causar a destruição de propriedades locais com culturas alimentares.

O MIFEE é o reflexo do sistema globalizado de governança de alimentos e energia do mundo, que ameaça destruir os sistemas locais de subsistência e, portanto, gera fome e pobreza. Também é a história da expansão das grandes empresas monocultoras cuja operação tem como base a terra, e que se apropriam da vida de povos indígenas e comunidades rurais e lhes causam uma tragédia humanitária.

Fonte: YL Franky, PT. Medco Menguras Isi Hutan Kampung Zanegi: Rakyat Tersingkir dan Menderita Lapar di Lumbung Pangan, 2013 (A PT Medco está esgotando a floresta da aldeia de Zanegi: a comunidade é marginalizada e passa fome em celeiros de alimentos); Koesnadi WS, MIFEE Bukan Proyek Pangan, Laporan Perjalanan Dari Ujung Timur Indonesia Merauke, 2013 (O MIFEE não é um projeto de culturas alimentares, Uma viagem a partir de Merauke, o extremo leste da Indonésia)

Rivani Noor, CAPPA, e-mail: rivani@cappa.or.id

Início

- Filipinas: organizações indígenas desafiam as empresas de dendê em Palawan



Poucos lugares no Sudeste Asiático podem superar Palawan, nas Filipinas. Ali, há sete áreas protegidas, uma que foi declarada “Refúgio de animais selvagens e Santuário de Pássaros” em 1967 e uma “Reserva de Mangue” desde 1981. A UNESCO declarou toda a província uma “Reserva do Homem e da Biosfera” em 1990.

Hoje, além do impacto negativo da mineração de níquel, os povos indígenas e agricultores de terras baixas estão diante das ameaças representadas pelos projetos de dendê. A maior parte dessas operações está sendo realizada pela Palawan Palm & Vegetable Oil Mills Inc. (PPVOMI) e a empresa Agumil Philippines Inc., do mesmo grupo. Atualmente, cerca de 15 mil hectares de terras estão sendo convertidos em plantações de dendezeiros. A Agumil Philippines Inc. é 75% filipina e 25% de propriedade malásia. A propriedade da PPVOMI é 60% de Cingapura e 40% filipina. As empresas começaram a operar oficialmente em janeiro de 2006.

De acordo com o governo da província, as monoculturas de dendê vão erradicar a pobreza e reduzir a dependência econômica de óleos comestíveis importados. Mas, da perspectiva dos povos indígenas locais, a expansão do dendê é uma tragédia, já que destrói suas terras ancestrais e seus produtos florestais, empobrecendo-os a um nível sem precedentes.

Recentemente, nativos palawans decidiram tomar o assunto em suas próprias mãos e construir vínculos de solidariedade com as comunidades afetadas pelo dendê em Mindanao. Uma importante reunião entre comunidades afetadas pelo dendê em Higaonon e Palawan ocorreu em Malaybaly (província de Bukidnon, Mindanao) em 21 e 22 de junho de 2013. Ela foi coordenada pela rede nacional ALDAW (Ancestral Land/Domain Watch) e pelo Father Vincent Cullen Tulugan Learning and Development Centre (FVCTLDC). A reunião resultou em uma resolução conjunta de Palawan/Mindanao contra o desenvolvimento do dendê.

A chamada “resolução de Malabalay” foi apoiada por mais de 100 mil assinaturas coletadas com a ajuda da ONG Rainforest Rescue, com sede na Alemanha, e apresentada às autoridades governamentais. Como resultado, aconteceu uma reunião entre agências em 7 de agosto, em Palawan, no gabinete governador. A reunião teve a participação de todos os órgãos governamentais envolvidos em nível provincial, bem como de ONGs e delegações de povos indígenas e agricultores.

Perto do final da reunião, quando um dos moderadores perguntou abertamente se os participantes eram favoráveis a uma moratória na expansão do dendê, a maioria disse SIM. A exceção a esta maioria foi, naturalmente, as empresas de dendê e representantes do Conselho para o Desenvolvimento Sustentável de Palawan, que, no passado, ficou do lado de grandes empresas, incluindo mineradoras.

Posteriormente, ocorreu uma reunião entre agências governamentais sobre o dendê, em Palawan, em 28 de agosto, no gabinete do governador, com a participação de representantes de organizações dos Povos Indígenas (incluindo a ALDAW e a NATRIPAL/Tribos Unidas de Palawan) e também de ONGs locais.

A ALDAW e a NATRIPAL apresentaram suas conclusões, mostrando que o desenvolvimento do dendê em Palawan tem ocorrido sem monitoramento por parte das autoridades competentes. Como resultado disso, na ausência de mapas, é impossível para o governo determinar sistematicamente a propriedade, a elevação, a classificação de terras, etc, da área em que os dendezeiros estão sendo plantados.

A apresentação da ALDAW também apontou que deveria ter sido estabelecida uma equipe de monitoramento formada pelos vários interessados, relativa às plantações de dendezeiros em Palawan. Mas, até agora, depois de mais de sete anos de funcionamento, as organizações indígenas e as ONGs não têm qualquer pista sobre a composição dessa equipe e os resultados (se houver) das inspeções que ela realizou em cada município impactado pelo dendê. Tampouco foram fornecidas informações aos membros da sociedade civil sobre os resultados (se houver) das atividades de acompanhamento feitas pela equipe sobre o impacto da planta de processamento de óleo de dendê no ar e na água e sobre gestão e eliminação dos resíduos das plantações industriais pela PPVOMI-Agumil.

Com referência específica ao impacto do desenvolvimento do dendê na biodiversidade, a ALDAW também apontou que Palawan tem uma das últimas áreas contíguas de floresta nas Filipinas. As plantações de dendezeiros estão rompendo a contiguidade entre ecossistemas diferentes e inter-relacionados, como floresta montanhosa, floresta de baixada, arbustos e pastagens, zonas úmidas, etc, causando impacto sobre as espécies animais que se movimentam e prosperam em diferentes nichos ecológicos, bem como sobre a integridade de cada nicho específico.

Outro ponto importante que foi levantado está relacionado a procedimentos que levaram à emissão de Certificados de Autorização Ambiental pelo Departamento do Meio Ambiente e Recursos Naturais (DENR) para a Agumil e a PPVOMI. A ALDAW esclareceu que os Certificados de Conformidade Ambiental são documentos que comprovam que o responsável por um projeto cumpriu as normas ambientais e estipula as condições que ele deve cumprir. Em vez disso, a DENR emitiu os Certificados de Autorização Ambiental apesar do fato de que os procedimentos apropriados não foram observados e sem qualquer relatório técnico da Agumil e PPVOMI mostrando que as normas ambientais seriam cumpridas. Mais importante, a ALDAW apontou que a Agumil e a PPVOMI nunca tinham recebido do DENR uma “autorização para cortar árvores” e, portanto, violaram o Código Florestal Revisado P.D.705 de 1987, e legislação ambiental em vigor.

A alegação da Agumil segundo a qual o desenvolvimento do dendê está contribuindo para erradicar a pobreza foi questionada pela ALDAW com alguns dados concretos. O município de Sofronio Española, na verdade, tem o maior percentual de terras (mais de 45%) coberto por plantações de dendezeiros e a maior parte de sua produção vai para a fábrica de óleo de dendê, mas é um município de 4ª classe. De acordo com uma pesquisa de 2008, do Sistema de Monitoramento Comunitário (CBMS), Española tem o Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo de Palawan. Também é um dos 100 municípios mais pobres do país. Um relatório da Social Watch de 2007 cita uma taxa de pobreza de 58% para Española em 2006. Sofronio Española também tem uma das maiores taxas de desnutrição na província (22,98%), de acordo com o responsável provincial de ação nutricional.

Durante a reunião, uma postura clara foi assumida pelo Gabinete Provincial de Recursos Ambientais e Naturais (PENRO) oficial contra a Agumil. Leonard Caluya, do PENRO, disse a representantes da Agumil: “Vamos calcular o dano causado pela sua empresa à floresta e isso vai fazer parte do processo judicial contra os senhores. Os senhores conhecem a nossa política, e conhecem suas limitações. Nós [do DENR] nunca lhe permitimos cortar árvores”. Ele lembrou a empresa de que existe uma moratória nacional ao corte de árvores dentro da floresta residual e em áreas madeireiras e que seu gabinete (PENRO/DENR) “vai continuar cumprindo seu mandato com o apoio de ONGs parceiras”. De acordo com Caluya, é provável que o DENR solicite à Agumil, como forma de punição, que elimine os dendezeiros plantados ilegalmente em área florestal e os substitua por espécies de árvores nativas.

A boa notícia é que, como resultado da pressão contínua gerada pela ALDAW sobre as autoridades do governo provincial, diferentes agências já estão se mobilizando para realizar suas próprias avaliações de campo sobre o impacto do desenvolvimento do dendê.

No final da reunião, os representantes dos indígenas e das organizações não governamentais fizeram declarações intensas e firmes. Datu Sangkula, do Non-Timber Forest Exchange Programme, confrontou a Agumil e avisou que “a longa mão da lei vai alcançá-los administrativa ou criminalmente” e também lembrou que “violações da Lei de Direitos dos Povos Indígenas são passíveis de condenação penal, e a empresa será processada por isso”.

No final da reunião, representantes das ONGs e de povos indígenas confirmaram sua exigência de uma moratória da expansão do dendê, pelo menos até que haja dados científicos confiáveis sobre os reais

benefícios obtidos a partir do desenvolvimento do dendê em comparação com os custos involuntários do aumento do dióxido de carbono (a partir de áreas de plantio desmatadas), da perda de acesso tradicional à terra e aos recursos, da redução da produtividade da terra, da perda de meios de subsistência tradicionais, etc.

A ALDAW também apontou com muita veemência que é urgente fazer uma revisão séria das plantações de dendezeiros existentes e propostas para avaliar sua atual situação ecológica e a sobreposição entre eles e as áreas que ainda estão conservadas e gerenciadas pelos povos indígenas, bem como de categorias de terra da Rede Ambiental Área Crítica (ECAN) dentro da lei SEP. A menos que essa revisão seja feita, há um alto risco de que a sustentabilidade ambiental e ecológica da província, sua produtividade agrícola e a segurança alimentar das pessoas sejam seriamente comprometidas.

Ancestral Land/Domain Watch (ALDAW), e-mail: aldaw.indigenoustrnetwork@gmail.com,
<https://www.facebook.com/Aldaw.network.palawan.indigenous.advocacy>

Início

- Camboja: A maldição das concessões



A empresa prometeu aumentar a cobertura florestal, mas plantou mandioca; a mandioca não é uma árvore; uma plantação de mandioca não é uma floresta.

(Residente de Ansar Chambor, Pursat, Camboja)

Desde 2000, os residentes de mais de 111 aldeias vêm lutando contra a enorme concessão de terras que abrange 315.028 hectares nas províncias de Pursat e Kampong Chhnang, no Camboja. O contrato de concessão permite à Pheapimex – uma poderosa empresa cambojana – tomar terras agrícolas, florestais e comunais para plantar acácia e mandioca em plantações de monocultura. De propriedade de Choeung Sopheap e seu marido, Lao Meng Khin, senador do governista Partido Popular do Camboja (PPC), o Grupo Pheapimex é considerado praticamente intocável por muitos cambojanos, por causa das estreitas relações entre seus proprietários e o primeiro-ministro Hun Sen, e das grandes doações que faz ao PPC.

Embora a lei atual limite o tamanho de cada concessão de terras a 10 mil hectares, a Pheapimex garantiu seu contrato em 1997, antes da aprovação das leis que regulamentam as concessões econômicas de terras. Seus planos iniciais eram de estabelecer uma plantação de eucalipto e fábricas de celulose e papel, para o qual fez parceria com o Chinese Farm Cooperation Group e obteve financiamento do Export-Import Bank of China. A Pheapimex também é a parceira cambojana da empresa chinesa de plantações

Wuzhishan. Desde a aprovação da lei de concessões, colabora com intermediários e outras empresas que adquirem terras dentro da lei, mas fazem parte da grande operação da Pheapimex.

Em 2002, a empresa começou a limpar florestas e terras agrícolas, construir estradas e canais, e preparar um viveiro de mudas na comuna de Ansar Chambor, distrito de Krakor, em Pursat. Em protesto, moradores da aldeia bloquearam estradas e apresentaram reclamações ao gabinete real em Phnom Penh, a capital do país. Embora o governo nacional não tenha respondido favoravelmente, os protestos locais interromperam as operações em Ansar Chambor por um curto período. No entanto, a empresa continuou a demarcar, cercar e desmatar terras em outras áreas. Em 2008, o viveiro em Ansar Chambor funcionava totalmente e a Pheapimex tinha começado a expulsar moradores de suas terras em outras áreas na concessão, bloquear o acesso das populações locais à floresta, plantar mandioca e acácia, e construir campos de trabalho.

Desde então, as operações da empresa têm se expandido e acelerado, e máquinas pesadas, como tratores e retroescavadeiras, vêm sendo movimentadas em toda a área de concessão. A expansão está claramente planejada, mas as comunidades afetadas não têm qualquer informação prévia dos planos da empresa e muitas vezes são apanhadas desprevenidas. A empresa usa diversos meios para garantir a “cooperação” local, desde suborno e trapaças até intimidação, violência e encarceramento. Em 2010, a Pheapimex organizou uma cerimônia de “doação de presentes” em Ansar Chambor, na qual os residentes receberam arroz, macarrão instantâneo e krumahs (lenços tradicionais) como prova das boas intenções da empresa. A seguir, representantes do governo elogiaram os esforços da Pheapimex para trazer prosperidade à região e instruíram as comunidades a cooperar, agora que haviam recebido a generosidade da empresa.

Funcionários do distrito e da comuna disseram às comunidades afetadas que a Pheapimex não pode ser contestada nem parada, e que os moradores das aldeias devem aceitar qualquer acordo que a empresa esteja disposta a oferecer. A Pheapimex usa regularmente sua própria segurança armada, bem como a polícia comunal armada e policiais militares, para “proteger” a propriedade da empresa diante dos protestos locais. Embora a polícia local simpatize com as comunidades afetadas, as ordens não são para protegê-las, e sim a empresa.

Empobrecendo pessoas

Antes da plantação, 100 hectares de terras agrícolas e florestais já sustentavam centenas de famílias, mas agora, milhares de hectares são dados a apenas uma empresa e [esse sistema] não alimenta nem uma família totalmente.

(Residente de Psach Latt, Pursat, Camboja)

Testemunhos de comunidades afetadas mostram que a concessão à Pheapimex está roubando do povo cambojano o patrimônio e a riqueza naturais, empobrecendo as comunidades nas áreas de concessão e arredores, e eliminando opções de subsistência para as gerações futuras. As áreas concedidas à Pheapimex incluem fazendas, terras de pastagem, pântanos, florestas, bosques, lagos e bacias hidrográficas, que constituem um sistema de infraestrutura natural do qual as populações rurais dependem e fornece o alimento para sua sobrevivência diária e seu bem-estar. Em algumas áreas, a plantação bloqueia o acesso entre as aldeias e as florestas e pastagens. Por causa da perda de pastagens, as famílias afetadas já começaram a vender suas vacas e seus búfalos, que são importantes formas tradicionais de riqueza no Camboja rural.

O desmatamento para a concessão está destruindo a biodiversidade e os ecossistemas locais, incluindo a preciosa floresta primária, fontes de água, peixes e animais selvagens. Árvores de alto valor econômico

(como Knyung Beng, Neang Nun, Chheu Krom, Khnong e Phchek) estão se esgotando, o habitat da fauna selvagem foi perdido e as bacias hidrográficas, reduzidas em muito. A empresa cobriu lagos, bloqueou riachos e redirecionou água a seus viveiros e plantações através de canais. Alguns córregos secaram completamente. Moradores temem que isso prejudique a pesca local, especialmente no lago Tonle Sap. Os córregos trazem nutrição aos peixes do lago, e muitos deles se deslocam rio acima para desovar. Se córregos e lagoas forem bloqueados, a saúde geral e a qualidade de peixes vão diminuir. A agricultura também se tornou mais difícil, pois os moradores não conseguem cultivar seus legumes e produzir comercialmente em hortas, pois a empresa domina o acesso à água. Sem cobertura florestal, a água da chuva escoar mais rapidamente, a erosão do solo não é contida e os poucos córregos restantes são cada vez mais rasos.

Florestas e bosques são importantes reservatórios de comida e medicamentos para as comunidades afetadas, bem como fontes de combustível, materiais de construção e produtos florestais não-madeireiros (PFNM), como cogumelos, brotos de bambu e ratã, mel, cipós, resinas, raízes, ervas selvagens e frutas. As florestas também têm valores culturais e religiosos importantes para as comunidades afetadas: a empresa desmatou florestas sagradas e espirituais, onde são realizados rituais tradicionais por paz, boas colheitas, prosperidade e saúde. Mais de 6.000 hectares de floresta identificados como florestas comunitárias foram perdidos nas comunas de Ansar Chambor e Kbal Trach (Pursat). Residentes de Kbal Trach avaliam que a perda de renda para cada família, apenas com os PFNM, ultrapassa um milhão de ríeis (245 dólares) por safra.

Como as famílias aumentam, as novas gerações precisam de terra para cultivar, a qual já não está mais disponível. Uma iniciativa de dar títulos de terras nas aldeias dentro e em torno das concessões econômicas, lançada pelo primeiro-ministro Hun Sen em 2012 (chamada de Diretiva 01BB), fixou um teto de 5 mil hectares de arrozais e hortas, respectivamente, para cada adulto, embora a quantidade real titulada seja muito menor na maioria das aldeias afetadas pela concessão da Pheapimex. Mas mesmo o limite de 5 hectares ignora as futuras necessidades de terras daqueles que não são adultos no momento, mas vão chegar a essa idade em uma questão de anos.

Por desespero, muitos moradores têm procurado emprego na plantação, onde encontram baixos salários – 600.000 ríeis ou 147 dólares por 30 dias – pagamentos irregulares e condições precárias de trabalho. Muitas famílias agora têm de sobreviver com o salário de um membro da família na plantação, o qual não é suficiente para sustentar uma família inteira que antes vivia dos alimentos e da renda obtidos de arrozais, hortas, florestas e córregos. Como resultado, o endividamento local tem crescido, a emigração aumenta e as famílias estão se rompendo na medida em que membros vão para as cidades ou para a vizinha Tailândia para encontrar trabalho.

Manter a luta

Desde que tomaram conhecimento da concessão, moradores de comunidades afetadas têm tentado defender suas terras, suas florestas, seus modos de subsistência e suas vidas de várias formas. Protestaram em gabinetes comunais, distritais e provinciais, bloquearam o tráfego na Rodovia 5 para obter apoio público; pararam máquinas de limpar terras e florestas, e apresentaram queixas às autoridades em todos os níveis. Eles realizaram cerimônias de oração pela justiça em aldeias, pagodes e em frente a gabinetes do governo. Consagraram árvores em seus lugares sagrados – em um só desses lugares, foram pelo menos mil árvores – mas a empresa as cortou de qualquer forma.

Mobilizar e organizar as pessoas nos oito distritos abrangidos pela concessão são grandes desafios para os moradores locais, que tentam alimentar suas famílias e chegar ao fim do mês. A concessão é enorme não só em tamanho, mas também em dinheiro e poder político. Quem protesta é rotulado de “instigador”,

preso por acusações falsas e recebe multas elevadas. Enquanto muitos estão exaustos e desanimados, outros vêm esperança de mudança no longo prazo. As eleições nacionais recentemente concluídas mostram diminuição do apoio geral ao PPC e é provável que a base de massa do partido esteja enfraquecendo onde os conflitos de terras florestais são mais intensos.

Nas palavras de um morador de Krang Skea (Kampong Chhnang): Nós somos como o bambu, que começa com um broto; temos que esperar até que haja mais brotos e o bambu fique maior.

Shalmali Guttal, Focus on the Global South. e-mail: s.guttal@focusweb.org, <http://focusweb.org/>

Início

- Nigeria: A Wilmar, o RRDC e as plantações de dendê de Calaro-Ibiae



Ao longo dos últimos nove meses, um confronto de altos interesses tem ocorrido no estado nigeriano de Cross River, onde estão as últimas florestas tropicais primitivas remanescentes no país. A controvérsia girava em torno das atividades da Wilmar International, multinacional de Cingapura que se apresenta como “a maior processadora e comercializadora mundial de óleos de dendê e láurico”. A empresa foi questionada por uma ONG de Calabar, o Rainforest Resource and Development Centre (RRDC), pelo que esta diz serem violações flagrantes dos direitos humanos e ambientais, bem como das leis locais e nacionais.

A Wilmar opera 19.712 hectares de plantações de dendê na área de Calaro-Ibiae e Biase, do estado de Cross River, parte de uma joint venture com a PZ-Cussons. A empresa está empenhada em adquirir 50.000 hectares de terras comunitárias para a expansão de suas plantações no estado nos próximos anos. As plantações foram lançadas com muita fanfarras em novembro de 2012. Falando como representante do presidente Jonathan na cerimônia de abertura, o ministro da Agricultura Akinwunmi Adesina declarou que as plantações de dendê de Calaro-Ibiae e Biase representavam “um marco importante em nosso esforço de investimento nacional que irá estimular a diversificação econômica ...”.

Tanta esperança ignora o custo humano e ecológico, real e permanente, do empreendimento. De acordo com o RRDC, representado por seu diretor-executivo, Odey Oyama, a reivindicação da Wilmar em relação às terras de Ibiae é contestável, uma vez que a área compreende áreas pertencentes a agricultores locais. Igualmente importante é o fato de que, nas concessões da Wilmar no eixo das Cataratas de Kwa, a propriedade com a plantação de dendê também está dentro dos limites de reservas florestais estabelecidas, ou seja, a Divisão Oban Hill do Parque Nacional de Cross River, e a Reserva Florestal Ekinta.

Em novembro de 2012, o RRDC fez representações à Mesa Redonda do Dendê Sustentável [RSPO] acusando a Wilmar de iniciar as operações – sem o cumprimento das disposições legais em matéria de Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) – em áreas adquiridas em desacordo com as disposições legais sobre uso da terra. O RRDC também acusou a empresa por diversas falhas, incluindo falta de um acordo com as comunidades donas das terras, aquisição ilegal de terras arrendadas ao CARES [Cross River State Agricultural and Rural Empowerment Scheme] e não cumprimento dos devidos regulamentos e leis municipais.

O RRDC destaca o fato de que essas questões dizem respeito aos princípios fundamentais da RSPO, da qual a Wilmar é membro. Tendo em vista essas questões, sugeriu que a RSPO exija da Wilmar a suspensão de suas atividades e o atendimento das demandas das partes lesadas. Respondendo à RSPO, a empresa apresentou quatro páginas negando as afirmações do RRDC, declarando que havia tentado resolver todas as questões pendentes relacionadas à aquisição e à operação das propriedades em Cross River. Para o RRDC, qualquer empresa privada que ocupe de terras comunitárias sem a observância das disposições legais está praticando apropriação de terras. A Wilmar tem feito referências permanentes a acordos com as comunidades indígenas, mas jamais apresentada uma cópia desses acordos. A RRDC acredita que, em uma democracia constitucional como a que atualmente funciona na Nigéria, nenhum órgão do governo tem poder de ignorar o devido processo legal, nem de dar garantias que signifiquem isentar empresas privadas do cumprimento desses processos.

De acordo com consultores ambientais da Wilmar Ibara, a Environs Consultants, a empresa havia realizado estudos de impacto ambiental em ambas as plantações, como exigido por lei. Em uma carta enviada pela consultoria em nome da empresa, em novembro de 2012, a gigante do óleo de dendê insistiu em que “reconhece o valor e a importância de administrar suas fábricas e plantações de tal forma que as atuais múltiplas necessidades da sociedade sejam atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades e desfrutar dos mesmos recursos que temos hoje”. Apesar da retórica forte da Wilmar, o RRDC argumenta que a empresa não possui qualquer certificado autêntico de EIA, não apresentou evidências de compensação às comunidades locais nem cópias de diários oficiais em que as aquisições tenham sido registradas.

Em janeiro de 2013, o Ministério da Justiça do Estado de Cross River convocou uma reunião de stakeholders que contou com a presença de uma delegação do governo estadual, representantes de Wilmar, representantes das comunidades indígenas e o RRDC. Estranhamente, as discussões foram desviadas das questões substantivas apresentadas pelo RRDC à RSPO, enquanto o diretor-executivo da ONG era condenado como sendo um homem perverso que não quer que a Wilmar faça negócios na Nigéria (apesar de as questões em disputa estarem relacionadas à insistência do RRDC em que Wilmar respeite as leis.)

O RRDC na justiça contra a Wilmar

Após a incapacidade das partes de resolver as questões anteriormente levantadas pelo RRDC e apresentadas à RSPO na reunião de stakeholders de 15 de janeiro de 2013, a ONG foi obrigada a levar a questão a um tribunal de jurisdição competente dentro do território da República Federal da Nigéria para a devida interpretação. Além disso, o RRDC salienta que não há evidências sugerindo a conformidade da transferência das terras pertencentes aos comitês indígenas com as leis nigerianas.

Nas semanas seguintes a essa reunião de janeiro, Oyama sofreu assédio constante por parte da polícia em Calabar, que invadiu sua casa no domingo, 27 de janeiro de 2013, forçando a entrada sem ser convidada (e absolutamente sem mandado). Em razão desse assédio policial, Oyama teve que se esconder para sua própria segurança, e seu caso foi assumido por organizações internacionais de

proteção ambiental, como Amigos da Terra Internacional (ATI). Oyama sustenta que, por um lado, o assédio da polícia surgiu como consequência de sua atividade contra a Wilmar e suas plantações em Calaro-Ibiae/Biase, e também a postura do RRDC em relação às plantações que a Wilmar pretende iniciar no estado de Cross River, sem evidências de conformidade com as leis locais e federais.

Em uma carta datada de 13 de março de 2013, a Wilmar finalmente apresentou 20 cópias impressas do projeto de relatório do EIA datado de junho de 2013, relativo à Plantação de dendê de Biase/Ibiae, ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Ministério Federal do Meio Ambiente, para exibição pública e exame pelo painel. Assim, fica claro que as alegações feitas em nome da Wilmar por seus consultores (Ibara Consultants) em novembro de 2012 não eram verdadeiras. Além disso, após estudos preliminares feitos pelo RRDC, também ficou claro que o relatório é deficiente em muitos aspectos, por exemplo, a página que supostamente contém o mapa da área de concessão em estudo está em branco. Portanto, questiona-se como um relatório de EIA que não contém o mapa da área de concessão possa ser verdadeiro.

Missang Oyongha, Rainforest Resource & Development Centre (RRDC), e-mail: rainforestcentre@yahoo.co.uk

Início

- Libéria: a expansão das plantações e a pilhagem de um continente



“Os liberianos estão mais saudáveis, mais bem alimentados, têm mais renda, consomem mais, são mais alfabetizados e desfrutam de mais liberdade do que nunca” (1), diz que o governo do país. Esse governo também afirmou que mais liberianos estão ficando mais ricos e o fosso entre ricos e pobres no país está diminuindo. Mas, de acordo com o PNUD (2), 84% da população vivem em Pobreza Multidimensional ou enfrentam privações em termos de saúde, educação e padrão geral de vida. Em 2012, a Libéria ficou no 174o lugar entre 186 países listados no Índice de Desenvolvimento Humano. Mais de dois terços de seus habitantes estão entre as pessoas mais pobres no mundo, e a percepção pública generalizada é de que o nível de desigualdade entre ricos e pobres continua aumentando.

As estatísticas do PNUD suscitam a pergunta: por que a Libéria, assim como muitos países africanos, é tão rica em recursos naturais, mas a maior parte do povo é pobre? Os fatores responsáveis por isso são muitos, mas a má governança e a pilhagem dos recursos do país pelas elites e pelos políticos corruptos estão entre os fundamentais. De acordo com a International Land Coalition, “decisões equivocadas com relação à terra também podem ampliar e consolidar a pobreza, a desigualdade e a perda de capacidade de ação” (3).

Usando o exemplo da terra, mudanças na política e na prática poderiam contribuir para reverter a situação em muitas partes da África. Em vez de tomar a terra dos pobres e a entregar às corporações multinacionais, os governos africanos poderiam apoiar as comunidades para que estas dessem usos produtivos e rentáveis a suas terras. Uma forma poderia ser incentivar o investimento na produção de alimentos por meio de tecnologias menos avançadas, mas eficientes.

Por exemplo, a Libéria “depende das importações para obter 60% de seus alimentos, dos quais o mais básico, o arroz, constitui 65%” (4), e “81% da população são muito vulneráveis ou moderadamente vulneráveis à insegurança alimentar” (5). Para tratar dessa situação, dois dos três grandes objetivos da política agrícola do governo são “oferecer permanentemente alimentos seguros e nutritivos de boa qualidade e em quantidade suficiente, para satisfazer as necessidades nutricionais de todos os liberianos” (6) e assegurar “crescimento incluyente e voltado aos pobres em termos de produção agrícola, produtividade, competitividade, agregação de valor e diversificação, e ligações com o mercado” (7).

Investir na produção de alimentos tem um claro potencial de fortalecer economicamente os cidadãos, reduzir a pobreza e melhorar a soberania alimentar, e ainda estimula o crescimento econômico que leva a um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo. Em vez disso, o governo concedeu mais de 50% das terras do país para a plantação de seringueiras e dendezeiros, exploração de madeira e atividades de mineração. A retórica da adoção de uma abordagem favorável aos pobres para estimular o crescimento do setor agrícola parece zombar dos agricultores pobres que estão perdendo suas terras, as quais serão entregues a investidores estrangeiros.

Experiências em toda a África mostram que o atual modelo de concessões não só despoja as pessoas de suas terras e prejudica seus meios de subsistência, mas também cria condições que reforçam a pobreza, a desigualdade e as injustiças. Estas condições intensificam as queixas contra o Estado e seus colaboradores corporativos – condições férteis para a violência e o conflito. Esse modelo dependente de exportações também é vulnerável às flutuações de preços, de tal modo que os preços baixos das commodities muitas vezes deixam os países que dependem de recursos naturais com perigosos déficits orçamentários.

Não é necessário dizer que, ao tomar medidas que não fazem sentido econômico, cobri-las de retórica política e justificá-las como medidas destinadas a criar empregos, reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento, os governos africanos se colocam contra os interesses dos seus cidadãos. Ao deixar de cumprir suas responsabilidades de negociar acordos comerciais que garantem o máximo possível de benefícios para seu povo em termos de desenvolvimento, eles traem a confiança do público. Essas atitudes dão origem e justificam às reivindicações dos cidadãos por uma liderança sensível e responsável.

No dia 21 de setembro de 2013, agricultores, movimentos sociais e ONGs em toda a África vão renovar suas reivindicações aos governos para que implementem programas de desenvolvimento sólidos, destinados a promover um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo. Não serão reivindicações novas, mas agora há um sentido de urgência que não existia antes. Infelizmente, enquanto os cidadãos de todo o continente estão exigindo ter voz durante as negociações dos contratos e receber sua justa parte nos benefícios de seus recursos, os governos estão reagindo de forma agressiva.

Em Uganda, uma nova lei impôs amplas restrições às reuniões públicas, uma ferramenta utilizada por ativistas que desafiam a concentração de terras. No Gabão, um vencedor do prêmio ambiental Goldman Environmental Prize tem sido perseguido e intimidado, supostamente por sua postura contra a alocação de terras em grande escala para projetos de plantações. Na Libéria, dois altos funcionários do governo atacaram publicamente o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e acusaram a organização de ser

contra o desenvolvimento, por se contrapor aos abusos de direitos humanos ligados à expansão das plantações de dendê. Quando lhe pediram para justificar sua tentativa de encerrar um encontro de cidadãos sobre o dendê no oeste da Libéria, o Superintendente respondeu que as ONGs não estavam falando de como o desenvolvimento de plantações iria beneficiar o povo.

“Tirar as terras dos agricultores, destruir florestas e aldeias inteiras em seus arredores com plantações de dendê não cabe em nossa visão para o desenvolvimento da Libéria”, diz Nora Bowier, que lidera o trabalho do IDS sobre a expansão das plantações de dendê. Para ela, ao alocar terra da qual dependem as comunidades consuetudinárias sem o consentimento delas nem uma compensação justa, o governo descumpra seu dever de proteger os cidadãos contra os abusos aos direitos humanos. Por outro lado, ao não evitar a violação dos direitos das comunidades, as empresas de plantação de dendê e outras culturas, como a Sime Darby e a Golden Veroleum no caso da Libéria, não podem transferir a culpa ao governo – sua responsabilidade é separada da do Estado.

À medida que muitas dessas plantações no continente se expandem, alertam os ativistas, os conflitos de terra vão se tornando comuns. “É só uma questão de tempo antes que as coisas comecem a desmoronar para o Estado, seus colaboradores nas empresas e as comunidades; ninguém tem muita probabilidade de sair vitorioso nessa situação”, conclui Nora.

NOTA: Uma versão mais curta deste artigo foi apresentada à revista D+C, <http://www.dandc.eu/> (Alemanha).

(1) Socioeconomic Achievements of the Government of Liberia, 2006 – 2011, p. 9, Governo da Libéria.

Disponível em: http://s3.amazonaws.com/zanran_storage/

www.mopea.gov.lr/ContentPages/2529148229.pdf

(2) Human Development Report, 2013, UNDP: Disponível em:

<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/2013GlobalH>

[DR/English/HDR2013%20Report%20English.pdf](http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/2013GlobalH/DR/English/HDR2013%20Report%20English.pdf)

(3) Land Rights and the Rush for Land: Findings of the Global Commercial Pressures on Land Research Project, 2012, p.9, International Land Coalition.

(4) Everyone Must Eat? Liberia, Food Security and Palm Oil, 2013, p.5, Columbia School of International and Public Affairs.

(5) Food and Agriculture Policy and Strategy: from subsistence to sufficiency, sem data, p.1, Governo da Libéria.

(6) Food and Agriculture Policy and Strategy: from subsistence to sufficiency, undated, p.xii, Governo da Libéria.

(7) Food and Agriculture Policy and Strategy: from subsistence to sufficiency, sem data, p.xii, Governo da Libéria. Autor: Silas Kpanan’Ayoung Siakor.

Silas Kpanan’Ayoung Siakor, Sustainable Development Institute (SDI), e-mail: sksiakor2005@gmail.com

[Início](#)

- São Tomé e Príncipe: vontade popular freia a expansão das plantações industriais de dendê



Em um de seus últimos trabalhos - "Oil palm in Africa: Past, present and future scenarios", de dezembro de 2010 – nosso querido companheiro Ricardo Carrere apresentou um panorama histórico e atualizado dos monocultivos de dendê na África (ver em http://wrm.org.uy/oldsite/countries/Africa/Oil_Palm_in_Africa.pdf, em inglês).

O dendê tem sido um cultivo tradicional de numerosos países africanos e, processado artesanalmente, vem servindo para usos domésticos e locais, da fabricação de cestas à produção de vinho (de dendê), além do azeite extraído da planta, que adquiriu muita importância para a economia local.

Não obstante, a demanda internacional por óleo de dendê para a indústria de alimentos, de cosmética e, mais recentemente, de agrocombustíveis, abriu uma porta ampla à expansão de grandes plantações de dendê, impulsionada por empresas do agronegócio.

No caso de São Tomé e Príncipe, o dendê crescia naturalmente nas ilhas desabitadas, mas seu uso remonta à época da invasão portuguesa, quando os invasores introduziram o cultivo de cana de açúcar com base em mão de obra escrava. Foi assim que chegaram africanos de Benin, Congo e Angola, trazendo consigo os usos tradicionais do dendê.

Depois da independência de São Tomé e Príncipe, em 1975, estabeleceu-se no sul da ilha de São Tomé uma plantação de dendê em 650 hectares e uma fábrica de azeite de dendê (Empresa de Óleos Vegetais – Emolve), com verbas do Banco de Investimento Europeu e da Comunidade Europeia.

A Emolve acabou abandonando o negócio, mas, em 2009, chegou à ilha a empresa belgo-francesa Socfinco, registrada localmente como Agripalma, que faz parte do poderoso grupo de investimentos Bolloré, com sede na França.

A Socfinco tinha como projeto produzir azeite de dendê para a fabricação de agrocombustíveis na Bélgica, para a qual planejava plantar cerca de 5.000 hectares entre Príncipe e São Tomé.

Em 2009, o Estado deu a concessão dessas terras à empresa Agripalma, mas a população de Príncipe, segundo a publicação local Téla Nón, rechaçou o acordo e impediu que o estabelecimento de plantações industriais de dendê em sua ilha destruísse mais de 1.000 hectares de florestas.

Em São Tomé, por sua vez, o acordo teve sucesso, e inclusive o governo procurou obter mais terras na ilha como forma de compensar os 1.000 hectares negados em Príncipe e, assim, cumprir ao acordo com a Agripalma.

Foi assim que os habitantes de São Tomé começaram a ver retroescavadeiras avançando sobre as

florestas primitivas da região sul da ilha, onde a natureza exuberante, alimentada por vários rios e riachos, forma a maior bacia hidrográfica do país.

As retroescavadeiras da Agripalma afetam também a base alimentar da população local, que gira em torno do coco, um cultivo que começou a escassear. “Os nossos pais e avôs tinham roças aqui. O certo é que tomaram todas as terras para a Agripalma plantar palmeiras. O coco é uma das coisas que garantem a nossa alimentação aqui, os coqueiros estão todos a serem abatidos, qual é a nossa vida?”, refletia um jovem da aldeia de Monte Mário.

Um dos protestos que começaram a ser levantados à medida que avançava a devastação foi: “O governo decidiu que seria mais proveitoso para o país trocar toda a sua biodiversidade, única no mundo, por umas quantas toneladas de óleo...!”

Foi assim que alguns habitantes de São Tomé começaram a se mobilizar para lutar contra o que consideram um crime ambiental por parte da Agripalma, apresentando uma medida cautelar na justiça contra o avanço das retroescavadeiras e das motosserras da empresa nas florestas do sul da ilha, mais concretamente na zona do parque natural de Obo.

No final de julho passado, o tribunal aceitou a demanda e estabeleceu restrições às atividades da Agripalma, por exemplo, que ela se abstenha de desflorestar nas proximidades do parque natural Obo, as serras, as zonas costeiras e outras que possam colocar em risco ou destruir a flora e a fauna protegidas. A juíza que expediu a decisão também ordenou que a empresa preserve 40 metros em cada margem de rio, riacho ou lagoa, o que a põe em situação de infração, já que, segundo registrou Têla Nón, existe uma vasta superfície desflorestada praticamente sobre as margens do rio Caué, onde já foram plantadas várias centenas de dendezeiros. A colina próxima a esse rio também foi devastada para a plantação de dendê.

O tribunal advertiu que o projeto da Agripalma deve ser redimensionado a uma superfície que não afete a reserva, o que o deixa praticamente inoperante, devido à falta de terras que cumpram esse requisito e, ao mesmo tempo, sirvam à empresa.

Embora não tenha suspenso as atividades da Agripalma, a decisão judicial estabeleceu uma série de limitações que as freia, o que, para o grupo civil que se mobilizou diante do avanço das plantações de dendê, significa uma conquista. Em termos gerais, a decisão demonstra que é na vontade popular organizada que reside a força para fazer frente à destruição.

Baseado em informações de “Tribunal mostra sinal de STOP à empresa Agripalma”, agosto de 2013, Abel Veiga, Diário Digital de São Tomé e Príncipe – TÊLA NÓN, <http://www.telanon.info/sociedade/2013/08/12/14103/tribunal-mostra-sinal-de-stop-a-empresa-agripalma/>, e “Sociedade civil denuncia crime ambiental na zona sul de São Tomé”, Abel Veiga, Diário Digital de São Tomé e Príncipe – TÊLA NÓN, <http://www.telanon.info/sociedade/2013/06/04/13409/sociedade-civil-denuncia-crime-ambiental-na-zona-sul-de-sao-tome/>

Início

- África do Sul: Expansão da indústria de celulose – concentração de terras disfarçada de desenvolvimento da comunidade



Durante a era do Apartheid, muitos sul-africanos foram privados de suas terras tradicionais por meio de leis que levaram ao seu desalojamento – com frequência, por meio de remoções forçadas – para pequenas áreas remotas com baixo potencial agrícola. Ao mesmo tempo, o governo sul-africano do momento se ocupava de converter terras tiradas de comunidades rurais para estabelecer amplas plantações de monoculturas de árvores exóticas, com a intenção de sustentar uma indústria de papel e celulose que poderia ajudar a reduzir a dependência em relação a produtos importados, bem como reduzir a vulnerabilidade a sanções comerciais.

Uma empresa estatal chamada SAPPI (South African Pulp and Paper Industries) foi criada para implementar o plano e, embora tenha sido privatizada posteriormente, o governo sul-africano ainda detém uma participação substancial através da IDC (Industrial Development Corporation). Agora conhecida como Sappi Ltd e com várias subsidiárias, a empresa cresceu e se transformou em uma grande corporação multinacional, com ativos em terras e equipamentos espalhados por todo o planeta.

Recentemente, a Sappi passou da produção de papel à fabricação de celulose química, para a qual parece haver um potencial de crescimento da demanda, principalmente oriunda da China. Com o objetivo de captar uma fatia desse novo mercado, a empresa iniciou um importante processo de transição que envolve a venda ou o fechamento de várias de suas fábricas menores ou mais antigas, as quais causaram graves problemas de saúde nas áreas onde estavam localizadas, além de deixar um legado de terra e água poluídas.

Parte deste processo envolve a ampliação e a conversão de duas grandes usinas na África do Sul e uma nos Estados Unidos à produção de celulose química, o que exigirá mais suprimentos de matéria-prima barata na forma de toras de eucalipto. Na África do Sul, a usina da Sappi em Ngodwana, na província de Mpumalanga, foi convertida e ampliada consideravelmente, e agora vai exigir muito mais madeira de eucalipto como matéria-prima. Isso significa que, além de criar novas plantações de eucalipto, as plantações de pinus existentes agora precisam ser convertidas ao eucalipto, que tem impactos ambientais muito piores, especialmente em termos de consumo de água e de seu caráter invasivo.

Além disso, a fábrica de celulose Sappi Saiccor (1) que existe em Umkomaas, na província de KwaZulu-Natal, foi bastante ampliada, aumentando a capacidade de produção para cerca de um milhão de toneladas por ano, o que levou a Sappi a uma campanha agressiva para obter mais madeira de fontes próximas.

É um princípio geral que, para ser rentáveis à empresa do ponto de vista dos custos de transporte, as toras precisam ser adquiridas dentro de uma distância de 250 km da usina. Isto tem significado que grandes áreas de terras comunitárias locais dentro da chamada “captação” da fábrica têm sido visadas

para o estabelecimento de novas plantações.

A plantação Sandanezwe (2) (coincidentalmente, também o nome de uma erva invasora – a *Chromolaena odorata*), na área Ingwe, é um desses projetos, que tomará 405 hectares de terras comunitárias, as quais estão na lista de distribuição do governo para novas plantações na área de captação de Umkomaas. Projetos como este têm sido impulsionados pela Sappi e pelo governo, usando os chamados “consultores de desenvolvimento comunitário”, como a Awethu Forestry Investments (Pty) e ONGs como LIMA, com fortes laços com a indústria madeireira.

Foram criadas concessões especiais para esses projetos com base no argumento de que a própria comunidade local tinha solicitado permissão para o plantio, quando, na realidade, era a Sappi que estava trabalhando nos bastidores e desinformando os líderes locais, que realmente enviam os pedidos de licença ao governo! Os supostos benefícios financeiros das plantações são enfatizados, enquanto se deixa de mencionar qualquer dos impactos sociais e ambientais negativos que teriam de ser assumidos pela população local e as gerações futuras, as quais perderiam seus direitos à terra e à água.

(1) Engineering News: Sappi to issue notes for bond payment, expansion,

<http://www.engineeringnews.co.za/article/sappi-to-issue-r5bn-notes-for-bond-payment-expansion-2013-04-15>

(2) Draft Review: Ingwe IDP 2013/2014, <http://www.ingwe.gov.za/upload/Ingwe%202013-14%20IDP%20Draft%20Review%204.pdf>

Wally Menne, Timberwatch Coalition, plantnet@iafrica.com

Início

- Brasil: a monocultura do eucalipto no Sudoeste Baiano - conflitos e enfrentamentos

O campo brasileiro, desde a época da colonização sempre foi um espaço de apropriação do capital, onde a partir de uma lógica de acumulação de riqueza e lucro e tendo o Estado Brasileiro como mediador da manutenção da ordem capitalista mundial. Esta lógica ora incentivada pelas Empresas de Assistência Técnica e Créditos Bancários, ora com participação ativa de Empresas Multinacionais, se manifesta pela apropriação da natureza, transformando-a em mercadoria, tomando sobretudo o espaço rural cada vez mais concentrado.

Mais recentemente na Bahia, em 1979 na criação da Odebrecht Perfurações Ltda e do recente criado Pólo Petroquímico de Camaçari, foram feitos investimentos vultuosos na produção de papel e celulose em áreas do Litoral Norte baiano. É neste mercado industrial interno, que o Estado Brasileiro constrói as bases para a expansão da eucaliptocultura ampliando esta produção para o Sul e Extremo Sul baiano. Neste cenário, tem-se a construção da BR 101 que liga duas metrópoles: Vitória do Espírito Santo a Salvador na Bahia facilita e viabiliza o processo de ocupação e de exploração de plantios de eucalipto nesta região. Baseado nesta estratégia de expansão, a região do Sudoeste baiano é a “bola da vez”.

O interesse pelo agronegócio florestal, na região do Sudoeste da Bahia, remonta ao período da crise da monocultura do café, que se inicia no final dos anos 1980 e se aprofunda nos anos 1990 com a queda do preço da saca e o encolhimento da área plantada em todo o Planalto da Conquista. É interessante notar que é nesta mesma época que se registra o maior número de ocupações de terra, mais de 20 somente

entre os anos 1986 e 2000, sendo a primeira delas justamente na fazenda do extinto Instituto Brasileiro do Café(IBC), hoje Assentamento União.

Assim, depois da fase da pecuária e do café, apresenta-se uma nova fase de investimentos do capital agrário no Sudoeste da Bahia, através da eucaliptocultura. É importante destacar, que diferentemente do Sul e Extremo Sul da Bahia, no Planalto da Conquista, o eucalipto serve primeiramente para fornecer carvão para o pólo siderúrgico do Norte de Minas Gerais. Além de fornecer lenha para a produção de cerâmicas, e madeira tratada para as mais diversas atividades agrícolas, industriais e da construção civil.

Neste contexto, produtores rurais e empresários do ramo florestal, apoiados por instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão como EMBRAPA Florestas e UESB, buscam no agronegócio florestal oportunidades de investimentos e lucros rápidos. É importante destacar neste período, o papel fundamental que a UESB (Universidade Estadual da Bahia) proporcionou, no sentido de fortalecer a concepção do agronegócio florestal e conseqüentemente ao incentivo da monocultura do eucalipto, onde a partir de dois simpósios ocorridos nos anos de 1992 e 2005, estas discussões ganharam eco junto a várias Prefeituras e Produtores da região.

No sentido contrário, movimentos sociais, organizações não governamentais, ambientalistas e segmentos da sociedade civil passam a se mobilizar em torno de uma pauta coletiva de enfrentamento ao plantio extensivo de eucalipto, de proteção ao meio ambiente e de busca de alternativas sustentáveis.

É nesse mesmo contexto que se dá o surgimento do Movimento dos Pequenos Agricultores(MPA), da Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia(COOPASUB), do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia(CEDASB), do Instituto Mata de Cipó e, mais recentemente, do Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Sudoeste da Bahia. Todos eles têm em comum a busca por alternativas socioambientais sustentáveis para a região e, para muitos, isso se traduz na luta explícita contra o agronegócio florestal.

Assim, ao barulho dos tratores de esteira e seus correntões derrubando o pouco que resta da mata-de-cipó, tem feito eco o grito "Não comemos papel, nem carvão!". Um grito de alerta e de luta que promoveu o ajuntamento, simbólico e real, das bandeiras do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra(MST), Movimento dos Pequenos Agricultores(MPA), Movimento dos Trabalhadores Desempregados(MTD), Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB), Comissão Pastoral da Terra(CPT), Centro de Estudos e Ação Social(CEAS). Além dos já citados movimentos e entidades, no 1º Seminário Regional contra Monocultivo de Eucalipto no ano de 2001.

Foi neste Seminário que se traçou a estratégia de antecipar ao agronegócio florestal, ocupando latifúndios que serviriam para novos plantios de eucalipto, além de realizar seminários locais para discutir, com as comunidades atingidas, sobre a monocultura do eucalipto e suas conseqüências para a saúde e o meio ambiente. Outro evento marcante foi o intercâmbio realizado na comunidade geraiseira, no município de Rio Pardo de Minas, norte de Minas Gerais, em 2002 quando aquela comunidade travava uma disputa ferrenha com a empresa Minas Floresta para a reconquista e demarcação de seu território ancestral. Já em 2004, outro intercâmbio com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA) e com os Povos do Cerrado estreitava uma parceria entre o Norte de Minas Gerais e o Sudoeste da Bahia no enfrentamento ao eucalipto e na busca por alternativas sustentáveis do ponto de vista social, cultural, econômico e ambiental.

A cidade de Vitória da Conquista, pólo de toda região Sudoeste, direta e indiretamente atingida pela expansão da Veracel, já se encontra fortemente atingida pela expansão da monocultura de eucaliptos, estimulada pelo pólo siderúrgico de Betim (MG), interessado na madeira para produção de carvão.

Somente nos tabuleiros deste município já são cerca de 35 mil hectares de eucaliptos plantados, aos quais se estima existirem outros 15 mil em Encruzilhada, e mais 20 mil hectares nos municípios de Barra do Choça, Cordeiros, Piripá, Cândido Sales, Planalto e Poções, todos no Planalto da Conquista. Assim, somente nesse Planalto estima-se cerca de 70 mil hectares de eucaliptais. Em toda Bahia já são cerca de 658 mil ha de área plantada, com o Sul e Extremo Sul da Bahia estimam-se cerca de 70% desse total, caracterizando o Estado da Bahia como o 3º maior produtor de áreas plantadas de eucalipto do país.

Esses seminários e a trajetória coletiva das entidades e movimentos sociais em torno desta problemática provocaram a criação no ano de 2011 de um ambiente de discussão e reação frente a estes projetos do agronegócio, denominado de Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Sudoeste Baiano.

A aproximação entre o Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Sudoeste, e outros grupos já com longa trajetória de enfrentamento ao monocultivo do eucalipto no Sul e Extremo Sul do Estado, a exemplo do Fórum Socioambiental do Extremo-Sul e o Fórum por Trabalho, Terra, Emprego e Cidadania do Sul da Bahia teve início ainda em 2011, quando da preparação conjunta e atuação coordenada nas Audiências Públicas do Processo de Licenciamento Ambiental do projeto de expansão da Veracel, que prevê um total de 50.900 ha para plantio e 101.800 ha para aquisição (quadro abaixo), contribuiu assim para acumular forças e qualificar o enfrentamento dos grupos, frente a estes projetos na região Sudoeste.

MUNICÍPIO ÁREA PRETENDIDA PELA VERACEL (hectares)

	PARA PLANTIO (ha)	PARA AQUISIÇÃO*(ha)
Encruzilhada	4.000	8.000
Itapetinga	10.000	20.000
Macarani	10.000	20.000
Maiquinique	4.000	8.000
Itarantim	17.900	35.800
Potiraguá	5.000	10.000
TOTAL	50.900	101.800
(*) A Veracel só informa a área pretendida para plantio efetivo. A área a ser adquirida é uma estimativa a partir de dados do EIA-RIMA		

Diante dessa ameaça, fez-se necessária a mobilização da sociedade civil no sentido de impor limites às ações das corporações, resguardando os interesses coletivos e a defesa do meio ambiente. E nesta direção, o CEAS e a CPT juntamente com grupos e entidades dos municípios de Maiquinique, Itarantim, Barra do Choça e Cordeiros elaboraram Leis de Iniciativa Popular, que não só restrinjam plantios de plantas exóticas mas criam códigos municipais ambientais que normatizam toda e qualquer ação ambiental nestes municípios.

É em dezembro de 2012 que se realiza o I Seminário Regional da Monocultura do Eucalipto, no Município de Vitória da Conquista, com relatos das experiências de enfrentamento das organizações do Sul e Extremo Sul do Estado da Bahia, como o CEPEDES (Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia) e organizações do Norte de Minas, como o MAB (Movimento dos Atingidos pelas Barragens), bem como as experiências de elaboração das Leis de Iniciativa Popular no Sudoeste Baiano, contando ainda com setores importantes da Universidade, como no caso do Projeto Geografar/UFBA e estudantes da UESB, bem como Promotores Públicos da esfera federal e estadual e diversas organizações sociais do Planalto da Conquista, fortalecendo as articulações e uma pauta comum

de enfrentamento.

Atualmente, os municípios de Itarantim, Maiquinique e Barra do Choça tem suas leis aprovadas e encontram-se na fase de consolidação e fortalecimento dos Conselhos de Defesa do Meio Ambiente, para que possam realizar o controle popular e qualificar suas proposições no que diz respeito a gestão ambiental e territorial.

Estas iniciativas tem se apresentado como alternativas contra a expansão do eucalipto na região, além de trazer como benefício, o envolvimento popular e o fortalecimento/criação dos conselhos de defesa do meio ambiente para a efetivação dos direitos individuais e coletivos das populações locais.

Essas experiências no sudoeste baiano fazem nascer outras plantas além dos eucaliptos, alimentando os grupos de conhecimento e de um processo organizado de luta, desorganizando a ordem do agronegócio na região.

Maicon Leopoldino de Andrade, Mestrando em Geografia (POSGEO/UFBA); Daniel Piccoli, Colaborador do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e Membro do Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Sudoeste Baiano; Gilca Garcia de Oliveira, Doutora em Economia Rural e Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Mestrado em Economia (UFBA); Guiomar Inez Germani, Doutora em Geografia e Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO/UFBA).

Início

- A RSPO contestada em Honduras e na Alemanha



Milhões de hectares de plantações industriais de dendê têm se expandido em muitos países da Ásia, da África e da América Latina, com um histórico bem documentado de desmatamento tropical, incluindo enormes incêndios e um triste saldo de violações dos direitos humanos.

No entanto, os poderosos interesses por trás desse negócio continuam a promover ativamente a cultura, num contexto de crescente oposição em nível local.

Dentro deste contexto, foi criada a Mesa Redonda sobre Dendê Sustentável (RSPO). A RSPO é um fórum de stakeholders que fornece certificação voluntária ao manejo de plantações de dendezeiros e usinas de processamento de óleo de dendê. A grande maioria dos seus membros representa os interesses da indústria, como Nestlé, Unilever e Rabobank – todos relacionados a casos de concentração de terras na Ásia, na América Latina e na África.

Na verdade, a RSPO atua como uma ferramenta de lavagem verde, visando garantir ao consumidor que o óleo de dendê que ele consome – em alimentos, sabão, cosméticos ou combustível – foi produzido de maneira “sustentável”, apesar das centenas de conflitos que suas plantações criaram com comunidades locais onde estão estabelecidas. A RSPO quer certificar o incertificável, tentando ocultar a insustentabilidade inerente às grandes monoculturas de dendê. O rótulo de “sustentabilidade” é usado para encobrir os impactos sociais e ambientais graves que as plantações de dendezeiros em grande escala têm sobre as comunidades e meios de subsistência locais.

Enfrentando a RSPO em Honduras

De 6 a 8 de agosto, a Quarta Mesa Redonda sobre Dendê Sustentável ocorreu em Honduras, organizada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e pela Federação dos Produtores Industriais de Óleo de Dendê. O World Wildlife Fund-WWF e outras três grandes ONGs também participam da RSPO.

Ativistas ambientais e sociais ficaram chocados ao saber que um dos patrocinadores do evento é a empresa de óleo de dendê Dinant Corporation, cujo dono e controlador é Miguel Facussé, o maior proprietário de terras de Honduras. Facussé, um dos três maiores plantadores de dendezeiros, é associado ao assassinato seletivo de mais de 88 membros e simpatizantes de organizações camponesas desde junho de 2009, no Vale do Aguán, uma das principais regiões produtoras de óleo de dendê em Honduras.

Por ocasião da Conferência Latino-Americana da RSPO, o WRM emitiu uma nota à imprensa denunciando que “os sistemas de certificação, como o RSPO, destroem a capacidade das comunidades de defender seus territórios e florestas e de lutar contra a expansão das plantações industriais. Também obstruem a necessidade urgente de desenvolver diferentes modelos de produção e consumo que não dependam do consumo cada vez maior de óleo de dendê e outras matérias primas, como é o caso do atual modelo empresarial e centralizado de produção que domina os mercados e os padrões de consumo mundiais e está destruindo o planeta” Ver: RSPO: “greenwashing” of industrial oil palm plantations, de WRM, em http://wrn.org.uy/oldsite/plantaciones/RSPO_maquillaje_verde.html

Além disso, a organizações internacionais Rights Action, Rainforest Rescue, Biofuelwatch e Food First condenaram a Conferência Latino-Americana sobre o chamado dendê sustentável em uma nota à imprensa. Eles estão chamando o World Wildlife Fund-WWF e outras três organizações a se retirar e denunciar a conferência a ser realizada em Honduras. Ver: “Expanding palm oil empires in the name of ‘green energy’ and ‘sustainable development’”, <http://www.biofuelwatch.org.uk/wp-content/uploads/RSPO-Honduras-PR.pdf>

Como forma de denunciar a Conferência Latino-Americana da RSPO, a Rel-UITA entrevistou Gilberto Ríos e Alba Ochoa, da FIAN Honduras, que afirmaram que a conferência é uma farsa, pois seus objetivos reais nada têm a ver com sustentabilidade e responsabilidade, e muito menos com a defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e da soberania alimentar. Eles garantem que os objetivos da RSPO são meramente comerciais e que a conferência é apenas uma ferramenta para expandir o comércio do dendê. Ver “La farsa del aceite de palma sostenible. Certificaciones, negocios y lavado de imagen para empresarios palmeros”, em <http://www.rel-uita.org/index.php/es/derechos-humanos/item/3618-rspo-la-farsa-del-aceite-de-palma-sostenible>

Enfrentando a RSPO na Alemanha: esfregando para limpar a lavagem verde

Ativistas de organizações ambientais e de direitos humanos protestaram contra a lavagem verde feita pela RSPO nas grandes plantações de dendezeiros, em duas reuniões de alto nível sobre o dendê, em 2 e 3

de setembro, em Berlim, na Alemanha. Em 2 de setembro, participantes que chegam para o lançamento do chamado “Fórum do Dendê Sustentável” foram recebidos por ativistas equipados com escovas, baldes e detergente verde. Eles esfregaram para tirar a camada de lavagem verde proporcionada pelo esquema de certificação, com o objetivo de expor a insustentabilidade e a destruição contínua envolvida na produção de óleo de dendê, certificado ou não. Os ativistas continuaram esfregando na reunião europeia da “Mesa Redonda sobre Dendê Sustentável”, a RSPO, em 3 de setembro, no Estrel Hotel, em Berlim.

Na ação conjunta, Watch Indonesia, Urgewald, Robin Wood, Rettet den Regenwald e a Sociedade para os Povos Ameaçados mostraram que “o óleo de dendê barato tem um preço alto”. Ativistas da Indonésia descreveram a forma como esse preço é pago pelas pessoas que têm suas terras e meios de subsistência roubados e por florestas que continuam a ser destruídas à medida que as plantações de dendê se expandem. Eles pediram que o governo alemão interrompa a importação de óleo de dendê destrutivo em vez de lançar mais um fórum de lavagem verde. “O governo alemão está ajudando o lobby do dendê. Violações de direitos humanos são indissociáveis do dendê na Indonésia e na Malásia, onde se produzem 90% do óleo do mundo”, disseram os grupos em um comunicado conjunto. Mais informações em <http://urgewald.org/artikel/protest-gegen-palmoel>

Início

- Brasil: Os incentivos do governo estadual à expansão da monocultura de árvores no estado do Rio de Janeiro



O governo estadual do Rio de Janeiro vem adotando, desde 2001, diversas iniciativas para estimular a expansão dos monocultivos de árvores em larga escala no território do estado. Ao que parece, sua intenção é repetir no Rio de Janeiro a realidade dos desertos verdes que assola o norte dos estados do Espírito Santo, o extremo sul da Bahia, o norte de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, o sul do Rio Grande do Sul, e mais recentemente diversas áreas dos estados do Maranhão, Piauí e Mato Grosso do Sul.

Em 2001, o governo estadual e a direção da corporação Aracruz Celulose (hoje Fibria) assinaram um protocolo de intenções segundo o qual o governo se comprometia a apoiar o plantio extensivo de árvores para atendimento à fábrica da empresa no estado do Espírito Santo. A partir de então, a Aracruz Celulose iniciou uma campanha agressiva junto aos governos municipais das regiões norte e noroeste do estado. Como resultado, diversos prefeitos assumiram compromissos públicos de alocação de áreas para plantios de eucalipto da Aracruz Celulose em seus municípios.

A assinatura do protocolo de intenções provocou reação imediata dos movimentos sociais, aglutinados na

Rede Alerta Contra o Deserto Verde do Rio de Janeiro, que se manifestaram para tornar públicos os graves impactos socioambientais causados pela silvicultura industrial nos estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. A resistência popular logrou cancelar o Protocolo de Intenções e aprovar a lei estadual 4063, em 2003, que impunha restrições à silvicultura. Entretanto, apesar de toda a mobilização, o governo do estado aprovou em 2007 a lei 5067, que flexibilizou as regras para a expansão da silvicultura, facilitando o plantio da monocultura de árvores em 90 dos 92 municípios do estado. O projeto de lei que originou a lei 5.067/2007 foi enviado pelo governador do estado à assembleia legislativa em regime de urgência, e portanto sua votação foi realizada sem o debate prévio necessário, mas com o total apoio do então secretário estadual de Meio Ambiente, Carlos Minc. Esta lei atrelou a realização do zoneamento ecológico-econômico do estado à silvicultura, e dispensou a necessidade de estudo de impacto ambiental para áreas inferiores a 400 hectares nas regiões norte e noroeste do estado, ferindo a Constituição Federal, que obriga que a implantação de empreendimentos impactantes seja precedida de avaliações ambientais. A partir daí, a silvicultura passa a ser uma política estratégica do governo estadual, garantida por uma legislação própria. Como consequência, mais de 65% dos cultivos de eucalipto na região noroeste do estado foram estabelecidos após a promulgação da lei 5.067/2007, e em sua maioria sem que fossem atendidas as exigências ambientais constantes nesta lei.

A crise financeira de 2008, no entanto, desacelerou a expansão da monocultura de árvores em larga escala no estado. Na tentativa de retomá-la, o governo estadual lançou em 2011 o Plano Básico para o Desenvolvimento da Silvicultura Sustentável, em uma parceria inusitada com a Petrobras, maior empresa brasileira do ramo de petróleo e gás. A participação da Petrobras no Plano, segundo o texto introdutório do documento, visaria à tentativa de compensação dos impactos socioambientais de suas atividades no estado. O Plano previu que 1,5 milhões de hectares de terras poderiam ser ocupadas pela silvicultura comercial no estado, cerca de 35% do território estadual. O discurso do governo estadual para a implantação do Plano se baseou na oferta de trabalho e renda, pretensamente contribuindo para a inclusão social, na recuperação de áreas degradadas por pastagens e na absorção de CO₂, além da recuperação de parte da mata nativa, que se limitaria a apenas 11% das áreas plantadas com a monocultura de eucalipto.

Porém, todos estes incentivos parecem não bastar. Apesar de toda a flexibilização, a legislação estadual que regulamenta a silvicultura econômica ainda é considerada complexa por alguns representantes do setor, pois exige a regularização dos plantios junto ao Instituto Estadual do Ambiente. Por isso, o secretário de Meio Ambiente, Carlos Minc, informou recentemente que o governo estadual lançará um decreto que facilitará ainda mais a concessão de licenças ambientais para os plantios comerciais, através da criação de “distritos florestais”, grandes áreas formadas por propriedades menores, que não mais necessitarão de estudo de impacto ambiental individuais. A intenção é plantar 100 mil hectares de monocultivos de árvores nos próximos cinco anos, nas regiões sul, norte e noroeste do estado, “contribuindo para as exportações do país e para o aumento na arrecadação de impostos”. Hoje, no estado do Rio de Janeiro, existem cerca de 18 mil hectares de monoculturas de árvores. A baixa produção local de madeira é a grande justificativa para os incentivos governamentais ao setor. O estado importa cerca de 90% da madeira consumida pelas indústrias, sendo um dos principais consumidores de produtos de base florestal do país. Do total consumido, 29% é lenha queimada para geração de energia nas indústrias, e 23% são empregados na construção civil, conforme a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). A produção local de madeira reduziria a atual dependência de produtos florestais provenientes da Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais.

O estado do Rio de Janeiro já figura como fronteira de expansão da monocultura de árvores no Brasil. Diante da flexibilização da legislação estadual que regulamenta a atividade, da implantação de siderúrgicas no estado, consumidoras de carvão vegetal, e da execução do Plano Básico para o

Desenvolvimento da Silvicultura Sustentável, atrelado à possibilidade da comercialização com a operação de complexos portuários como os de Açú e Kennedy, a tendência é de expansão de cadeias produtivas ligadas à monocultura do eucalipto no estado. Soma-se a isso a cooptação política de representantes do poder público municipal no estado, da sociedade civil e de funcionários públicos envolvidos com a extensão rural.

Diante do exposto, fica evidente que os processos decisórios adotados pelo governo estadual do Rio de Janeiro excluíram a participação e os interesses dos principais afetados por este modelo de desenvolvimento pautado na monocultura de árvores: as pequenas comunidades rurais. O estímulo governamental à silvicultura industrial não foi avaliado à luz de comparação com alternativas como a reforma agrária e a agroecologia. Estas propostas sequer foram discutidas no âmbito da escala local enquanto modelo de desenvolvimento para o espaço agrário do estado do Rio de Janeiro. O que agrava ainda mais a situação, pois segundo o INCRA, entidade governamental de suporte às ações de reforma agrária, as áreas preferenciais apontadas pelo governo estadual e seus parceiros privados para a expansão da monocultura de árvores seriam exatamente as áreas onde há conflito social no campo e luta popular por reforma agrária.

Referências:

A expansão da monocultura de eucalipto no Noroeste Fluminense e seu potencial para a geração de conflitos socioambientais, Filipe Correia Duarte, 2012. <<http://www.slideshare.net/ceaong/dissertao-filipe-duarte-verso-final>>

Plano Básico da Silvicultura Sustentável para as Regiões Norte e Noroeste do Rio de Janeiro <<http://www.rj.gov.br/web/seplag/exibeconteudo?article-id=455158>>.

Em busca de novas florestas, 19/02/2013 <<http://oglobo.globo.com/amanha/em-busca-de-novas-florestas-7615691>>.

Estado do Rio vai facilitar licenciamento ambiental para silvicultura, 25/04/2013 <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-25/estado-do-rio-vai-facilitar-licenciamento-ambiental-para-silvicultura>>.

Setor florestal também se volta para o Rio de Janeiro, 21/04/2013 <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/brasil/setor-florestal-tambem-se-volta-para-o-rio-de-janeiro>>.

Por Marina Castro – Rede Alerta Contra o Deserto Verde do estado do Rio de Janeiro, e-mail: marinaeea@yahoo.com.br

Início

- Guatemala: o avanço silencioso dos monocultivos de seringueira

A árvore da borracha, conhecida como seringueira, pertence ao gênero *Hevea* e é originária da América do Sul. Dentro das espécies desse gênero, a *Hevea brasiliensis* é a que costuma ser explorada de maneira industrial.

O cultivo da seringueira foi introduzido na Guatemala em 1940, por iniciativa do departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América do Norte. Quinze anos mais tarde, um primeiro censo no país informou a existência de cerca de 10.000 hectares dessas plantações. Em 2003, o cultivo cresceu para 52.000 hectares; em 2012, havia mais de 100.000 hectares plantados com seringueiras, principalmente nos departamentos de Retalhuleu e Suchitepéquez, na Costa Sul da Guatemala, dos quais 55.000 eram de

árvores em fase de produção e os 45.000 restantes, de árvores em crescimento.

Segundo o mapa “Áreas aptas para el desarrollo del cultivo de Hule” (Áreas aptas para o desenvolvimento do cultivo de seringueira), elaborado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária da Guatemala, considera-se que o país tenha mais de 400.000 hectares aptos para as plantações. Essas zonas se localizam na Franja Transversal do Norte e na Costa Sul do país, bem como em zonas do departamento de Izabal e Alta Verapaz. No entanto, o crescimento das plantações com base nessas projeções deve ser tema de análise e reflexão, principalmente pela possibilidade de concorrência e concentração de terras que pode gerar o crescimento desse monocultivo florestal, em um país com muitos conflitos por acesso e posse de terras.

Um conceito equivocado que é usado pelos impulsionadores da seringueira é considerá-la como uma “floresta” artificial, quando uma plantação de árvores não pode ser comparada com a riqueza biológica nem com a complexa dinâmica das florestas. Na maioria dos casos, as plantações se estabelecem respondendo a uma lógica de mercado, de modo que sua vida também está regulada pelos preços e pelas demandas internacionais.

A Guatemala é um dos principais exportadores e produtores de borracha natural do continente americano. O impacto ambiental e social que poderia ser gerado pelo crescimento de plantações de seringueira é outro fator a considerar se as áreas que serão plantadas tiverem cobertura florestal. Esta corre o risco de ser destruída, já que, na fase de preparação do terreno para semear, “devem ser eliminadas árvores e arbustos, pois o crescimento da seringueira requer exposição à plena luz solar...”, como diz a Associação Nacional do Café em seu documento Cultivo de Hule (2004).

O cultivo de seringueira também trata de aproveitar o mercado de carbono, onde as plantações poderiam vender “créditos” em função do carbono que absorvem e armazenam, gerando uma oportunidade a mais de negócio para os proprietários. Mas esse mecanismo de caráter comercial é questionado pelos grupos ecologistas porque não oferece uma solução verdadeira à crise climática, que propicie as mudanças necessárias na produção poluente das empresas.

Em 2010, foi anunciada a primeira venda em escala internacional de créditos de carbono em plantações de seringueira natural, pela empresa guatemalteca Grupo Agroindustrial de Occidente (GAO), projeto que consiste em estabelecer 2.500 novos hectares dessas plantações. Segundo o jornal El Periódico (10 de junho de 2010), esse acordo de compra de “redução de emissões verificadas” foi assinado entre a empresa suíça FirstClimate e a Pica de Hule Natural, S. A., uma empresa da GAO. O acordo foi assinado no âmbito da Feira e Conferência Mundial Carbón Expo, realizada este ano na cidade de Colônia, na Alemanha. A negociação dará ao grupo guatemalteco acesso a fontes de financiamento provenientes de incentivos internacionais que impulsionam o reflorestamento e “contribuirá para a redução da mudança climática”, segundo a nota do El Periódico.

Nessa dinâmica, são preocupantes os impactos sociais e ambientais que podem ser gerados por um crescimento de milhares de hectares do monocultivo, e o fato de o país continuar apostando em um modelo baseado na utilização das terras para a produção com fins de exportação, em contraposição a outras formas ambientalmente mais justas, baseadas no benefício à economia camponesa, na diversificação dos cultivos e na agroecologia.

Carlos Salvatierra, SAVIA, ponto focal da Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores (RECOMA) na Guatemala, email: salvatierraleal@gmail.com

RECOMENDADOS

- “Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará”, uma realização do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil, <http://reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/exibe.php?id=213>

Início

-
- "Agribusiness large-scale land acquisitions and human rights in Southeast Asia - Updates from Indonesia, Thailand, Philippines, Malaysia, Cambodia, Timor-Leste and Burma", Forest Peoples Programme, agosto 2013, <http://www.forestpeoples.org/region/burma/publication/2013/agribusiness-large-scale-land-acquisitions-and-human-rights-southeast>

Início

-
- “Who is benefitting ? The Social and economic impact of three large scale land investments in Sierra Leone: a cost benefit analysis”, um relatório encomendado pelo Action for Large-scale Land Acquisition Transparency (ALLAT) com o apoio da Christian Aid (UK), Interchurch Organization for Development Cooperation (ICCO, The Netherlands), the Catholic Organisation for Relief and Development AID (Cordaid, The Netherlands) and Bread for All (Development Service of the Protestant Churches in Switzerland), julho 2013, <http://www.christianaid.org.uk/images/who-is-benefitting-Sierra-Leone-report.pdf>

Início
